

PLANO DE TRABALHO

DISCIPLINA	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO								
DOCENTE	BRUNO DANTAS								
CÓDIGO	GRDDIRATCE6077	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	10h

EMENTA		A FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO TCU; Apresentação da disciplina; Controle externo da Administração Pública: legalidade, legitimidade e economicidade; Posição institucional dos Tribunais de Contas. Organização do TCU. PROCESSO ADMINISTRATIVO NO TCU; Visão geral do processo: processo judicial x processo administrativo; Contencioso administrativo x unidade de jurisdição. Jurisdição do TCU. Princípios informadores do processo no âmbito do TCU. CONTROLE EXTERNO SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS; Controle de segunda ordem. Discricionariedade técnica. Deferência regulatória. Limites e possibilidades do controle. Estudo de caso: TAC da Telefônica (Acórdão 2.121/2017-TCU-Plenário). CONTROLE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Atuação do TCU no controle das licitações e contratos administrativos (8.666/93 e 14.133/21). Regimento interno do TCU. Finalidade das sanções administrativas. Espécie de sanções. Prescrição na jurisprudência do TCU e STF: pretensão sancionatória e ressarcitória. Processo de contas e atos de improbidade. ACORDOS DE LENIÊNCIA; Direito administrativo sancionador. Rede de accountability. Atuação do TCU no combate à corrupção. Concorrência de competências e sobreposição de instrumentos: coordenação da política anticorrupção.
OBJETIVOS		A FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO TCU; Apresentação da disciplina; Controle externo da Administração Pública: legalidade, legitimidade e economicidade; Posição institucional dos Tribunais de Contas. Organização do TCU. PROCESSO ADMINISTRATIVO NO TCU; Visão geral do processo: processo judicial x processo administrativo; Contencioso administrativo x unidade de jurisdição. Jurisdição do TCU. Princípios informadores do processo no âmbito do TCU. CONTROLE EXTERNO SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS; Controle de segunda ordem. Discricionariedade técnica. Deferência regulatória. Limites e possibilidades do controle. Estudo de caso: TAC da Telefônica (Acórdão 2.121/2017-TCU-Plenário). CONTROLE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Atuação do TCU no controle das licitações e contratos administrativos (8.666/93 e 14.133/21). Regimento interno do TCU. Finalidade das sanções administrativas. Espécie de sanções. Prescrição na jurisprudência do TCU e STF: pretensão sancionatória e ressarcitória. Processo de contas e atos de improbidade. ACORDOS DE LENIÊNCIA; Direito administrativo sancionador. Rede de accountability. Atuação do TCU no combate à corrupção. Concorrência de competências e sobreposição de instrumentos: coordenação da política anticorrupção.
METODOLOGIA		Método socrático participativo.
HABILIDADES		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	Exigência MEC	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
		Outras:
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
1	A FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO TCU Apresentação da disciplina; Controle externo da Administração Pública: legalidade, legitimidade e economicidade; Posição institucional dos Tribunais de Contas. Organização do TCU.	
2	PROCESSO ADMINISTRATIVO NO TCU Visão geral do processo: processo judicial x processo administrativo; Contencioso administrativo x unidade de jurisdição. Jurisdição do TCU. Princípios informadores do processo no âmbito do TCU.	

3	<p>CONTROLE EXTERNO SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS</p> <p>Controle de segunda ordem. Discricionariedade técnica. Deferência regulatória. Limites e possibilidades do controle. Estudo de caso: TAC da Telefônica (Acórdão 2.121/2017- TCU-Plenário). Consequencialismo e intervenção sobre escolhas regulatórias.</p>
4	<p>CONTROLE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:</p> <p>Atuação do TCU no controle das licitações e contratos administrativos (8.666/93 e 14.133/21). Regimento interno do TCU. Finalidade das sanções administrativas. Espécie de sanções. Prescrição na jurisprudência do TCU e STF: pretensão sancionatória e ressarcitória.</p>
5	<p>ACORDOS DE LENIÊNCIA</p> <p>Direito administrativo sancionador. Rede de accountability. Atuação do TCU no combate à corrupção. Concorrência de competências e sobreposição de instrumentos: coordenação da política anticorrupção.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>Leitura dos textos obrigatórios de cada aula (que serão indicados pelo professor), eventuais apresentações sobre os textos constantes da bibliografia (que serão determinadas em aula) e participação nos debates.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>DANTAS, Bruno. DIAS, Frederico. A evolução do controle externo e o Tribunal de Contas da União nos 30 anos da Constituição Federal de 1988. In: TOFFOLI, Dias (Org.). 30 anos da Constituição brasileira: democracia, direitos fundamentais e instituições, p. 401-423.</p> <p>ROSILHO, André Janjácomo. Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas da União. 2016. 358f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-08022017-165131/publico/Andre_Rosilho_Controla_da_Administracao_Publica_pelo_TCU_INTEGRAL.pdf></p> <p>LIMA, Paulo Antônio Fiuza. O processo no Tribunal de Contas da União – Comparações com o Processo Civil – independência e autonomia do órgão para levantamento de provas em busca da verdade material. In: https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/o-processo-no-tribunal-de-contas-da-uniao-comparacoes-com-o-processo-civil-independencia-e-autonomia-do-orgao-para-o-levantamento-de-provas-em-busca-da-verdade-material.html> .</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BALDWIN, Robert; CAVE, Martin; LODGE, Martin. Understanding regulation: Theory, Strategy, and Practice. Oxford: Oxford University Press, 2012. (tópicos 1 - Intoduction, 2 – Why Regulate? e 3 – Explaining regulation). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5220644/mod_folder/content/0/Baldwin%2C%20Robert%20%20Cave%2C%20Martin%20%281999%29.%20Understanding%20Regulation%20Theory%2C%20Strategy%2C%20and%20Practice.%20Oxford%20University%20Press%2C%20pp.%201-62.pdf?forcedownload=1z</p> <p>DOURADO, Rodolfo Maciel. O controle externo sobre as agências reguladoras de Estado: limites e (im)possibilidades. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2011. (capítulo 2.1 e 2.9). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9460/Dourado%2C%20Rodolfo%20Maciel%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf?sequence=1&isAllowed=y></p> <p>GUERRA, Sérgio. Atualidades sobre o controle judicial dos atos regulatórios. Número 21, fev/mar. 2010. Salvador, Bahia. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=451></p> <p>POSNER, Richard A. Regulation (Agencies) versus Litigation (Courts): An Analytical Framework. University of Chicago Press, 2010, p. 11-26. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/chapters/c11956/c11956.pdf></p> <p>Acórdão 2.121/2017- TCU-Plenário</p>